

— ESTABELECENDO EMPRESAS DE TECNOLOGIA ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Guia Prático sobre os Aspectos Legais e Regulatórios para
Empresas de Tecnologia Estrangeiras Operarem no Brasil

Autor: @clovisbarretoadv



— INTRODUÇÃO

Na era da globalização e dos avanços tecnológicos constantes, o mundo dos negócios ultrapassa fronteiras, promovendo a expansão de empresas e a inovação tecnológica além dos limites geográficos tradicionais. Esta expansão global não é apenas uma questão de aumentar a presença de mercado, mas também de integrar culturas diversas e adaptar-se a novos formatos de fazer negócios.

A internacionalização tornou-se uma estratégia essencial para as empresas que buscam o status de "multinacionais". Esta transição não apenas abre portas para o crescimento exponencial dos negócios, mas também atrai talentos ambiciosos, ansiosos por desenvolver suas carreiras em um ambiente dinâmico, enriquecido por experiências multiculturais e oportunidades de crescimento pessoal e profissional significativas.

Para os empreendedores, cruzar fronteiras internacionais representa a chance de não apenas impulsionar seus lucros, mas também de estabelecer uma marca com propósitos inovadores, ultrapassando somente os ganhos financeiros. É a oportunidade de dar vida a um projeto que impacta e beneficia uma gama mais inestimável de pessoas, levando a eles produtos inovadores e mensagens inspiradoras.

Toda grande empresa iniciou do zero, hoje nomes expressivos como Google, Amazon, Facebook, McDonalds e diversas outras empresas que consumimos, chegaram até nós por ideias inovadoras que tiveram a necessidade de conhecimento internacional para ultrapassar essas fronteiras.

Este e-book apresenta um estudo de caso concreto e prático, ilustrando como estabelecer uma empresa estrangeira no Brasil. Com um enfoque eficaz e seguro, ele é projetado para inspirar confiança em seus clientes estrangeiros e assegurar o sucesso em suas empreitadas no mercado brasileiro.

— SOBRE O AUTOR

Clóvis Barreto Junior é advogado empresarial, com LLM em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de formação em nível superior no curso de Marketing.

Ao longo de sua carreira teve atuações significativas em multinacionais do setor de tecnologia, uma área que exige constante atualização e flexibilidade.

Possui experiência internacional atuando em diversos países, incluindo Chile, Estados Unidos, Índia, Canadá, Argentina, Peru, Colômbia e México.

As principais áreas de atuação consultivas foram ligadas a temas emergentes no Direito Societário com complexas formas empresariais aliadas a Tecnologia, LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), Inteligência Artificial, Códigos de Conduta, Programas de Compliance e Análise, Elaboração e Revisão de Contratos internacionais baseados em Matrizes de riscos robustas.

Em suma, Clovis Barreto Silva Junior é um profissional que personifica a junção do conhecimento técnico-jurídico com uma perspectiva empresarial global e inovadora, contribuindo significativamente para os campos em que atua.



– **CAPÍTULO 1**

Estabelecendo uma Consultoria para uma
Empresa Canadense de TI

Para iniciar, é fundamental compreender a estrutura empresarial no país de origem da empresa que deseja se estabelecer no mercado brasileiro. Tomemos o Canadá como exemplo, explorando um case bem-sucedido e já em operação.

Para iniciar qualquer análise é necessário compreender de forma “high level” o básico de como seu cliente está adaptado em suas estruturas empresariais no país.

Um bom início é entender os tipos de sociedade que temos no Canadá, que são:

a) Empresa Individual (Sole Proprietorship):

Esta é uma estrutura simples e de fácil configuração, onde não há distinção legal entre o proprietário e o negócio. O proprietário é responsável pessoalmente por todas as dívidas e ações legais contra a empresa. Comum em novos negócios, esta estrutura é preferida por sua simplicidade e baixo custo de formação.

a) Sociedade (Partnership):

Esta forma envolve a propriedade e operação conjunta do negócio por duas ou mais pessoas, corporações ou parcerias. Existem diferentes tipos de sociedades, incluindo:

b.1. Sociedade Geral (General Partnership): Aqui, todos os sócios gerenciam o negócio juntos e são legalmente responsáveis por todas as dívidas e ações legais.

b.2. Sociedade Limitada (Limited Partnership): Formada por pelo menos um sócio geral e vários sócios limitados, onde estes últimos não participam da gestão e possuem responsabilidade limitada.

b.3. Sociedade de Responsabilidade Limitada (LLP): Disponível principalmente para grupos de profissionais como advogados e contadores, esta estrutura oferece proteção de responsabilidade limitada.

c) Corporação (Corporation):

Trata-se de uma entidade legal distinta de seus acionistas, capaz de possuir propriedades, realizar negócios, contrair empréstimos e participar de processos legais. A Corporação oferece responsabilidade limitada, facilidade na transferência de ativos e existência perpétua. As corporações podem ser constituídas sob leis federais ou provinciais, com requisitos variáveis.

d) Cooperativa (Cooperative):

Esta estrutura é voltada para pessoas com necessidades sociais ou econômicas semelhantes, buscando operar um negócio de forma democrática. As cooperativas no Canadá devem ser incorporadas, e a responsabilidade dos membros varia conforme delineado nas leis federais ou provinciais.

Esta visão geral das estruturas empresariais canadenses oferece um panorama para compreender melhor a configuração de uma empresa canadense e suas implicações ao estabelecer uma consultoria no Brasil.

Ao compreender este conceito básico, a sua forma de explicar ao cliente o funcionamento local será otimizada porque você poderá fazer comparativos e demonstrar a ele uma maneira mais clara e compreensível ao modelo em que ele já está familiarizado.

– CAPÍTULO 2

Após identificação e conhecimento do assunto você saberá os documentos necessários que deverá solicitar para se aprofundar mais em sua análise, que no exemplo que trazemos neste e-book foram necessários os seguintes documentos:

a) List of Resolutions:

A "List of Resolutions" é um registro abrangente das decisões adotadas pelos diretores ou acionistas da corporação. Estas resoluções formalizam ações importantes, tais como alterações nos "Articles of Incorporation", aprovação de contratos significativos ou mudanças na estrutura de capital. Esse documento é vital para a governança corporativa, mantendo um registro organizado e acessível das decisões que moldam a direção e as operações da empresa. A "List of Resolutions" garante que a corporação mantenha um histórico claro e transparente de suas ações, essencial para auditorias, processos legais e conformidade regulatória.

Exemplo: É similar a uma Ata de Resolução de acionistas ou um Termo de Resolução de quotistas no Brasil.

b) Articles of Incorporation:

São documentos formais submetidos ao governo provincial para registrar legalmente uma nova corporação. Eles estabelecem a corporação como uma entidade legal distinta de seus fundadores, acionistas e diretores. Uma vez aprovados, conferem à corporação uma existência legal independente, capacitando-a a possuir ativos, contrair dívidas, firmar contratos e ser processada em nome próprio. Este documento também limita a responsabilidade dos acionistas às suas contribuições de capital.

Exemplo: Equivale a um Contrato Social ou Estatuto no Brasil.

c) Certificate of Incorporation:

Este documento legal fundamental atesta a formação oficial de uma corporação. Emitido após a aprovação dos "Articles of Incorporation", contém informações essenciais como o nome da corporação, data de incorporação e, frequentemente, um número de identificação único. Esse certificado valida a capacidade da empresa de operar como uma entidade jurídica separada, essencial para diversas atividades empresariais como abertura de contas bancárias, assinatura de contratos, aquisição de licenças e cumprimento de obrigações fiscais.

Exemplo: Pode ser comparado ao Cartão CNPJ no Brasil.

Com estes documentos em mãos, ficou claro de que se tratava de uma Corporação (Corporation) no Canadá, com uma única pessoa nomeada para gerenciamento e assinatura de documentos, visando estabelecer uma consultoria de TI no Brasil. Essa identificação inicial nos permitiu compreender o propósito da corporação, que era estabelecer uma " empresa controlada" no Brasil para recrutamento de profissionais em um formato Near Shore.

"Near Shore" refere-se a uma estratégia de terceirização em que as empresas contratam serviços de outras empresas ou profissionais localizados em países geograficamente próximos ou em usos horários semelhantes. A vantagem do modelo Near Shore é que ele combina os benefícios da terceirização, como custo reduzido e eficiência, com a proximidade geográfica, facilitando a comunicação, a coordenação de projetos e a colaboração em comparação com a terceirização para locais mais distantes (offshore). É comum em áreas como desenvolvimento de software, atendimento ao cliente e operações de backoffice.

O motivo deste formato é confidencial e se baseou em um estudo de vantagem para a empresa, além do intuito futuro de aumentar a presença e poder firmar contratos locais, por estes motivos o conceito de empresa controlada se mostrou mais vantajoso.

Ao dar início nos trabalhos, um ponto interessante levantado pelos contadores foi o de que a Junta Comercial solicitaria informações em seu sistema sobre a finalidade da empresa, esperando ver CNAEs ou uma descrição clara de atividades nos "Articles of Incorporation".

Essa flexibilidade legislativa canadense contrasta com o cenário brasileiro, onde a burocracia muitas vezes exige que empresários gerenciem múltiplas empresas e enfrentem um processo prolongado para suas atividades. Enquanto no Canadá as empresas são livres para definir o que não desejam fazer, no Brasil, cada classificação implica em complexidades burocráticas, indicando um controle estatal excessivo e muitas vezes ineficaz.

Aqui já tivemos um primeiro ponto que exigiu conhecimento básico sobre ambos países e procedimentos para apontar a viabilidade e nortear o time de contabilidade na elaboração.

– CAPÍTULO 3

Tipos de Sociedade
no Brasil

Da mesma maneira em que alguns setores brasileiros necessitam identificar a empresa, nosso cliente canadense também solicitou a compreensão da configuração local para compreender a melhor escolha de acordo com a sua proposta,

Para isso vamos entender a estrutura das sociedades empresariais no Brasil, que segue modelos bem definidos adequados a diferentes necessidades e metas de negócios. Vamos dar uma olhada mais de perto:

1. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):

Permite a formação de uma empresa por um único titular, protegendo seu patrimônio pessoal do patrimônio da empresa. A responsabilidade é limitada ao capital social, que precisa ser de no mínimo 100 vezes o salário-mínimo vigente.

2. Sociedade Limitada (Ltda.):

Bastante comum no Brasil, divide o capital social em cotas. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor dessas cotas, mas eles devem integralizar o capital social. A gestão pode ser feita pelos sócios ou por administradores nomeados, e as regras são definidas no contrato social.

3. Sociedade Anônima (S.A.):

Neste modelo, o capital é dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações que possuem. As SA's podem ser abertas ou fechadas, e são geridas por um Conselho de Administração e uma Diretoria, seguindo normas de governança corporativa.

4. Sociedades em Comandita Simples e em Nome Coletivo:

A primeira divide os sócios em comanditados (responsabilidade ilimitada e gestão ativa) e comanditários (responsabilidade limitada ao investimento). A segunda é composta exclusivamente por pessoas físicas, com responsabilidade solidária e ilimitada.

5. Sociedade em Conta de Participação (SCP):

Usada para parcerias temporárias em projetos específicos, sem personalidade jurídica. O sócio ostensivo gerencia ativamente e tem responsabilidade ilimitada, enquanto o sócio participante, geralmente um investidor, tem responsabilidade limitada ao valor investido. É um modelo popular entre startups para captação de investimentos.

6. Microempreendedor Individual (MEI):

Ideal para pequenos negócios, oferece regime tributário simplificado e isenção de diversas obrigações fiscais. Há um limite de faturamento anual, sendo uma excelente opção para empreendedores locais.

7. Cooperativas:

Funcionam como associações de membros que buscam benefícios mútuos, operando democraticamente. A responsabilidade e a organização variam de acordo com o tipo específico de cooperativa.

Essas estruturas oferecem opções flexíveis para diferentes tipos de empreendimentos, desde o empreendedor individual até grandes corporações, cada uma com suas particularidades e vantagens. Conhecer cada tipo ajuda a definir a melhor forma de estruturar seu negócio no Brasil.

– CAPÍTULO 4

Análise do Melhor
Formato Empresarial

Seguindo o roteiro pós impressões iniciais e conceitos empresariais em ambos os países, decidimos estabelecer uma Sociedade Limitada no Brasil, com todas as quotas pertencendo à empresa canadense. Esta escolha, diferentemente de criar uma filial, forma uma sociedade autônoma sob o controle da empresa matriz, oferecendo segurança aos sócios estrangeiros e a possibilidade de emitir notas fiscais para si mesma em certas situações.

O formato e encontrava perfeitamente com um dos objetivos principais que era de recrutar mão de obra local para trabalhar em projetos no Canadá.

Os pontos-chave que consideramos nesta abordagem foram:

1. Controle Acionário Claro:

A empresa canadense detém 100% das quotas da nova empresa brasileira, assegurando controle total e independência operacional.

2. Responsabilidade Limitada:

O risco financeiro fica restrito ao capital investido na empresa brasileira, protegendo o patrimônio da controladora canadense.

3. Operacionalidade Autônoma:

A empresa brasileira opera independentemente, adaptando-se às condições locais enquanto segue as diretrizes da matriz.

4. Benefícios Fiscais e Incentivos Governamentais:

Aproveitamento de incentivos locais para investimentos estrangeiros, principalmente em tecnologia e inovação.

5. Transferência e Proteção de Tecnologia:

A expertise tecnológica da empresa canadense é aproveitada com a proteção da propriedade intelectual no Brasil.

6. Facilidade de Capitalização:

A estrutura permite capitalizações e futuros investimentos pela controladora de maneira simplificada.

7. Fortalecimento de Marca e Relações Globais:

A associação com uma respeitada corporação canadense eleva a credibilidade e facilita as relações comerciais internacionais.

Esta estrutura proporcionaria uma base sólida para a empresa no Brasil, garantindo benefícios tanto para a operação local quanto para a matriz canadense, alinhando os interesses e as estratégias de ambas as partes.

– **CAPÍTULO 5**

Início dos
trabalhos

Depois de analisar e entender as particularidades dos países, a intenção dos investidores e a segurança jurídica esperada demos início ao cronograma de Trabalho (empresários estrangeiros e de TI são lógicos, baseiam-se em tópicos curtos, prazos e números).

Os documentos necessários para estruturar essa operação foram:

5.1. Preparação de Documentação Inicial no Canadá:

Envio dos documentos corporativos essenciais da empresa canadense (List of Resolutions, Articles of Incorporation, Certificate of Incorporation) devidamente notarizados e apostilados no Canadá.

Observação: Antigamente os documentos deveriam ser “consularizados”, pelo fato de que até janeiro de 2024 o Canadá não fazia parte da Convenção de Haia, o que mudou este ano de 2024.

5.2. Documentação do Sócio Canadense e Representante Brasileiro:

Envio dos documentos pessoais e corporativos do sócio canadense que será responsável pela assinatura.

Indicação dos documentos do administrador e do representante legal brasileiro.

5.3. Elaboração de Procuração Bilingue:

Criação de uma procuração em inglês e português, detalhando a autorização para um representante legal no Brasil iniciar o processo de abertura da empresa e gerenciar os atos locais.

5.4. Escolha do Local de Estabelecimento:

Definição estratégica do local onde a empresa será sediada no Brasil, neste caso optamos por um local com melhores benefícios e avanços significativos tecnológicos com um número bom de startups e projetos interessantes que atraíssem desenvolvedores.

5.5. Identificação de CNAEs Locais:

Escolha dos Códigos Nacionais de Atividades Econômicas (CNAEs) pertinentes para assegurar que a empresa controlada atue no mesmo ramo de atividade.

Os CNAES foram:

62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação;

62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;

62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis;

62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;

63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;

74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;

77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios;

85.99-6-03 - Treinamento em informática.

5.6. Tradução Juramentada dos Documentos

Registro na Receita Federal do Brasil do CNPJ da empresa canadense como empresa domiciliada no exterior, indicando o representante local brasileiro.

5.7. Abertura de CNPJ para Empresa Domiciliada no Exterior

Registro na Receita Federal do Brasil do CNPJ da empresa canadense como empresa domiciliada no exterior, indicando o representante local brasileiro.

5.8. Elaboração do Contrato Social Bilingue

Após a obtenção do CNPJ, inicia-se a redação do Contrato Social em inglês e português, garantindo a compreensão tanto dos parceiros locais quanto dos sócios estrangeiros.

5.9. Definição de Controle Societário e Administrativo

Inclusão no Contrato Social do controle de 100% das quotas da empresa brasileira pela canadense.

Escolha de um administrador, que pode ser estrangeiro ou brasileiro, desde que com domicílio no Brasil.

Inclusão de cláusulas que reflitam a finalidade pretendida e assegurem a segurança societária.

5.10. Finalização do Registro do CNPJ Brasileiro

Envio dos documentos necessários à Receita Federal para a conclusão do registro do CNPJ da empresa brasileira controlada pela canadense.

– CAPÍTULO 6

Como é a abertura de uma empresa no Canadá?

É importante entendermos o que seu cliente espera que aconteça, mas será inevitável não criar uma estrutura lógica sem ter o conhecimento do mercado base dele.

Ao identificar esse ponto, entendemos que seria essencial conhecer os aspectos no Canadá para melhor interação com os executivos de lá. Abaixo resumimos um roteiro para uma compreensão mínima de como esse processo é feito lá.

1. Escolha do Tipo de Empresa:

No Canadá, o primeiro passo é decidir qual tipo de empresa você deseja estabelecer. As opções incluem **Empresa Individual, Sociedade (Partnership)** e Corporação e algumas outras já conceituadas e explicadas neste e-book anteriormente. Cada tipo tem suas características, como a Empresa Individual sendo mais simples e a Corporação oferecendo proteção de responsabilidade limitada.

2. Registro de Nome da Empresa:

O próximo passo é escolher e registrar o nome da empresa. Este é um processo importante que ajuda a definir a identidade do seu negócio.

3. Registro Legal:

Dependendo da estrutura escolhida, a empresa pode ser registrada em nível federal ou provincial. Isso dá à empresa sua identidade legal e é necessário para operações comerciais formais.

4. Obtenção de Número de Negócios e Licenças:

Após o registro, a empresa recebe um Número de Negócios do governo canadense. Dependendo do tipo de negócio, podem ser necessárias licenças ou permissões específicas.

5. Abertura de Conta Bancária e Registros Fiscais:

Abrir uma conta bancária empresarial separa as finanças pessoais das empresariais. Além disso, a empresa pode precisar se registrar para impostos, como GST/HST.

6. Contratação de Funcionários:

Se a empresa terá funcionários, é necessário cumprir com as leis trabalhistas canadenses, incluindo segurança social e seguro de emprego.

7. Contabilidade e Compliance:

Manter registros financeiros adequados é essencial para o compliance legal e a gestão eficaz da empresa.

8. Marketing e Estratégia de Negócios:

Desenvolver um plano de marketing e estratégia de negócios é crucial para o sucesso da empresa no mercado canadense.

O conhecimento simplificado do processo acima de estabelecer uma empresa canadense, enfatizando etapas simples e essenciais é positivo nas discussões e próximos passos locais. Além disso, entender a cultura empresarial canadense enriquecerá sua visão, auxiliando no trabalho consultivo no Brasil que poderá continuar após abertura na forma de uma consultoria mensal.

– **CAPÍTULO 7**

Comparando as diferenças
entre Brasil e Canadá

Ao comparar os processos empresariais entre Brasil e Canadá, percebemos que, em ambos os países, os empreendedores têm à disposição uma variedade de estruturas empresariais. Cada uma delas apresenta características legais e fiscais próprias, adaptadas às necessidades locais.

No Brasil, assim como no Canadá, a escolha e o registro do nome da empresa são etapas fundamentais. Esses passos são cruciais para assegurar a identidade única do negócio e evitar conflitos de marca. O registro de uma empresa no Brasil é realizado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a depender da estrutura empresarial escolhida.

Da mesma forma que o Número de Negócios (Corporate Number) é essencial no Canadá, no Brasil, a obtenção do CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) é um requisito básico para a formalização de um negócio. As licenças necessárias para operar variam conforme o tipo de atividade empresarial escolhida, e o processo para obtê-las é específico ao ambiente regulatório brasileiro.

A abertura de uma conta bancária empresarial e o registro para fins tributários no Brasil seguem uma lógica parecida com a do Canadá, embora haja particularidades inerentes ao sistema tributário brasileiro que devem ser consideradas. Em ambos os países, as empresas são obrigadas a cumprir com as regulamentações trabalhistas e as normas de segurança social, assegurando a proteção de seus colaboradores.

Por fim, a manutenção de registros financeiros precisos e o cumprimento das leis locais são requisitos indispensáveis em ambos os países. Essa prática é essencial não só para a governança corporativa eficaz, mas também para garantir a transparência e a conformidade legal do negócio nos dois cenários.

– CAPÍTULO 8

Leis empresariais
Canadá e Brasil

No Canadá, a jornada empresarial é delineada por um conjunto de leis e regulamentos que variam conforme o tipo de empresa e a província de estabelecimento. Algumas das leis e regulamentos mais significativos são:

1. Canada Business Corporations Act (CBCA):

Lei federal que define regras para formação, operação e dissolução de corporações sob jurisdição federal.

2. Provincial Business Corporations Acts:

Leis provinciais regulamentando corporações. Exemplos incluem a Ontario Business Corporations Act e a British Columbia Corporations Act.

3. Partnership Acts:

Leis provinciais para sociedades, delineando tipos como sociedades gerais, limitadas e LLPs.

4. Sole Proprietorship Regulations:

Empresas individuais são regidas por regulamentos provinciais e municipais, incluindo requisitos de licenciamento e registro.

5. Canada Revenue Agency (CRA) Regulations:

Governam a inscrição e relatório de impostos para empresas.

6. Employment Standards Acts:

Leis provinciais estabelecendo padrões de emprego, como salários e horas de trabalho.

7. Canadian Environmental Protection Act:

Responsabilidade ambiental das empresas.

8. Privacy Laws:

Incluem PIPEDA e leis provinciais específicas, regulando o uso de informações pessoais.

9. Industry-Specific Regulations:

Regulamentações setoriais para áreas como alimentação e saúde.

Essas leis e regulamentos formam a estrutura legal para operações empresariais no Canadá. É vital para os empreendedores entender as leis aplicáveis ao seu negócio para assegurar conformidade.

No Brasil, as leis e regulamentações definem as regras para formação, gestão e dissolução de empresas:

1. Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002):

Contém dispositivos legais para sociedades limitadas e outros tipos de sociedades.

2. Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976):

Regula as sociedades anônimas.

3. Lei do Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006):

Regime tributário para ME e EPP.

4. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Normas de trabalho.

5. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei nº 13.709/2018):

Tratamento de dados pessoais.

6. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990):

Direitos e obrigações nas relações de consumo.

7. Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/2005):

Recuperação judicial e falência.

8. Leis Ambientais:

Diretrizes para atuação empresarial em relação ao meio ambiente.

9. Regulamentações Específicas de Setores:

Normas para setores específicos como saúde e telecomunicações.

10. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021):

Atualiza e consolida normas sobre licitações e contratos públicos.

11. Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016):

Regula empresas públicas e sociedades de economia mista.

Essas leis e regulamentações formam a estrutura legal para operações empresariais no Brasil. Conhecê-las é crucial para garantir que as atividades empresariais estejam em conformidade com a legislação vigente.

– CAPÍTULO 9

Empresa
Aberta

Com todos os documentos prontos elencados no “Capítulo 5” foi dada entrada na Receita Federal para obtenção do CNPJ e na Junta Comercial.

O procedimento na Junta Comercial para o registro de uma empresa canadense no Brasil, após a obtenção do CNPJ, segue as seguintes etapas:

1. Submissão do Contrato Social:

Apresentação do Contrato Social bilíngue, com todas as informações sobre a estrutura e administração da empresa, bem como a participação societária de 100% do CNPJ canadense constando um representante e um administrador residentes e domiciliados no Brasil.

2. Documentação Requerida:

Além do Contrato Social, encaminhamento de toda a documentação elencada no capítulo 5.

3. Revisão e Aprovação:

A Junta Comercial verifica a documentação para garantir que esteja de acordo com as normas brasileiras, podendo solicitar esclarecimentos por intermédio de manifestações.

4. Registro Final:

Aprovada, a empresa é formalmente registrada na Junta Comercial, concedendo-lhe status legal no Brasil.

Note que o conhecimento adquirido para estabelecer a empresa e saber definir os conceitos e o norte que ela irá tomar foram essenciais para abertura no Brasil.

Um ponto importante que será amplamente discutido é o Contrato Social, pois é nele que estarão os principais pontos acordados e servirão como um balizador para a forma de sociedade, gestão e serviços que a empresa prestará no Brasil.

Dica: Um ponto de muito auxílio é sempre tentar buscar um tradutor da lista da junta correspondente do estado em que abrirá a empresa, pois ele já terá prática no formato de tradução e poderá até ajudar nos procedimentos específicos do estado.

– CAPÍTULO 10

Abertura de Conta Bancária para Empresas Canadenses no Brasil – Procedimentos e Legislação Aplicável

Com a empresa aberta e estruturada no formato escolhido o próximo passo essencial para que ela comece a operar financeiramente é a abertura de conta bancária.

Para empresas com formato local é uma tarefa simples, porém todo grau de complexidade para proteção de interesses em que não é um formato “comum” gera dúvidas e obstáculos para compreensão de sistemas e gerentes de banco.

Inicialmente esteja munido dos seguintes documentos para análise de abertura de conta bancária em empresas neste formato, que são:

1. Contrato Social:

Documento que formaliza a constituição da empresa brasileira, especificando sua natureza, objetivo, capital social e a distribuição das quotas. Essencial para comprovar a legalidade e a estrutura da empresa perante o banco.

2. Cartão CNPJ da Controlada:

Comprova o registro da empresa brasileira junto à Receita Federal, contendo informações como nome empresarial, endereço e atividade econômica.

3. Cartão CNPJ da Controladora:

Similar ao Cartão CNPJ da controlada, mas referente à empresa canadense. Comprova a existência legal e os detalhes da empresa matriz.

4. Procuração do Administrador:

Documento que confere poderes ao representante legal no Brasil para agir em nome da empresa.

5. Documentos Pessoais do Representante Legal e do Administrador:

Identificação oficial do representante legal e do administrador no Brasil, como RG, CPF e passaporte.

6. Articles of Incorporation (Apostilado e Notarizado):

Documento canadense que comprova a legalidade da empresa controladora, devendo ser apostilado e notarizado, acompanhado de sua tradução juramentada para o português.

7. List of Resolutions (Apostilado e Notarizado):

Relação de resoluções adotadas pelos diretores ou acionistas da corporação canadense, essencial para demonstrar a governança corporativa e decisões relevantes.

8. Corporate Number (Apostilado e Notarizado):

Número de identificação corporativa da empresa canadense, também devidamente apostilado, notarizado e traduzido..

9. Comprovante de Endereço no Brasil:

Documento necessário para comprovar a localização física da empresa brasileira.

– **CAPÍTULO 10.1** Procedimentos para Abertura de Conta

1. Apresentação e Análise Documental:

Os documentos listados devem ser apresentados ao banco para análise. Esta etapa é fundamental para que o banco compreenda a estrutura corporativa e assegure conformidade com as leis brasileiras e internacionais.

2. Verificação de Conformidade:

O banco realizará um processo de "Know Your Customer" (KYC) e "Anti-Money Laundering" (AML) para assegurar que a empresa não está envolvida em atividades ilícitas. Este procedimento está alinhado com a Lei nº 9.613/1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

3. Análise de Risco e Compliance:

Conforme a Resolução nº 4.753/2019 do Banco Central do Brasil, o banco avaliará o risco associado à abertura da conta, considerando a natureza internacional da empresa.

4. Cadastro e Abertura da Conta:

Uma vez aprovada a análise documental e de conformidade, procede-se com o cadastro da empresa no sistema bancário e a efetiva abertura da conta.

4. Cadastro e Abertura da Conta:

Uma vez aprovada a análise documental e de conformidade, procede-se com o cadastro da empresa no sistema bancário e a efetiva abertura da conta.

A abertura de conta bancária para uma empresa canadense no Brasil exige um processo detalhado de verificação e conformidade. Ao abrir uma conta bancária de empresa estrangeira no Brasil sem um dono ou sócio local que responda por seus atos, explicar essa estrutura torna-se fundamental para que o banco entenda quem é o dono e como uma empresa estrangeira não trará fraudes em suas operações.

Para o gerente entender a validade e autenticidade dos documentos canadenses no Brasil, é crucial explicar o processo de notarização e apostilamento, além da importância da tradução juramentada.

Portanto, para simplificar uma explicação ou um e-mail você deverá saber esclarecer os pontos abaixo para que ele saiba um paralelo de nomes com a mesma finalidade de um procedimento no Brasil, mas com fatores distintos que são:

1. Notarização:

Este processo envolve a autenticação de um documento por um Notário Público no Canadá.

O Notário Público confirma a autenticidade das assinaturas no documento, assegurando que foram feitas voluntariamente e por pessoas identificadas.

A notarização não atesta a veracidade do conteúdo, mas apenas a legitimidade das assinaturas.

2. Apostilamento:

Após a notarização, os documentos são levados ao órgão competente para o apostilamento.

O apostilamento é o processo pelo qual o documento recebe um certificado (Apostila de Haia) que confirma sua autenticidade conforme as leis do país de origem.

Este passo é crucial, pois assegura que o documento é reconhecido e aceito internacionalmente nos países signatários da Convenção de Haia, substituindo a necessidade de consularização.

3. Tradução Juramentada: Ponte Linguística e Legal

3.1 Necessidade de Tradução:

Apesar da notarização e apostilamento autenticarem o documento, eles permanecem em inglês ou francês, idiomas oficiais do Canadá.

No Brasil, para que documentos estrangeiros tenham validade legal, eles devem ser traduzidos para o português por um tradutor juramentado.

3.2 Tradutor Juramentado:

Um tradutor juramentado é um profissional habilitado pela Junta Comercial de um Estado brasileiro.

Este profissional tem autoridade legal para realizar traduções que são reconhecidas em todo o território brasileiro.

A tradução juramentada transforma o documento estrangeiro em um documento oficial no Brasil, garantindo sua aceitação em procedimentos legais e administrativos.

A combinação de notarização, apostilamento e tradução juramentada oferece um conjunto completo de autenticação para documentos canadenses no Brasil.

Este processo garante que os documentos sejam autênticos, legalmente aceitos e compreensíveis no contexto brasileiro.

Portanto, o gerente pode confiar na legitimidade desses documentos para procedimentos bancários e outras transações oficiais no Brasil.

Este conhecimento é fundamental para garantir o entendimento correto e a aceitação dos documentos canadenses, facilitando as operações financeiras e legais de empresas estrangeiras no Brasil.

– CAPÍTULO 11

Registro de Marca no Brasil – Proteção e Valorização no Contexto de M&A

Com a empresa já operacional, capaz de emitir notas fiscais, receber e pagar obrigações através de sua conta bancária, um aspecto crucial para a proteção e valorização da empresa é o registro de marca. Este processo não é apenas uma formalidade, mas um passo estratégico, principalmente para empresas que vislumbram futuras negociações de fusão e aquisição (M&A). A marca, após trabalhos bem-sucedidos, torna-se um ativo valioso, adicionando significativo valor de mercado à empresa.

A importância deste passo referente ao Registro de Marca é essencial pelos seguintes motivos:

Ativo Estratégico: A marca registrada estabelece uma identidade única no mercado, tornando-se um ativo intangível que agrega valor à empresa.

Proteção Legal: O registro garante exclusividade e direitos legais sobre o uso da marca, prevenindo usos indevidos e concorrência desleal.

Aumento de Valor em M&A: Em processos de fusões e aquisições, uma marca bem estabelecida e legalmente protegida pode significar maior valor de negociação.

Os procedimentos operacionais para Registro de Marca no Brasil são realizados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O INPI é o órgão responsável pelo registro de marcas no Brasil, atuando conforme a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996).

O registro no INPI garante o direito exclusivo de uso da marca em todo território nacional.

Os passos para iniciar o registro são:

1. Verificação de Disponibilidade:

Antes de solicitar o registro, é essencial realizar uma busca no banco de dados do INPI para verificar se a marca ou um logotipo similar já está registrado.

2. Preparação da Documentação:

Prepare e apresente os documentos necessários, incluindo a identificação da empresa, representação gráfica da marca e especificação dos produtos ou serviços a serem cobertos.

3. Pedido de Registro:

O pedido de registro é feito eletronicamente através do portal do INPI.

Se aprovado, o pedido é publicado na Revista da Propriedade Industrial (RPI), abrindo prazo para que terceiros apresentem oposição, se houver.

4. Análise e Publicação:

Após o pedido, o INPI realiza uma análise formal e técnica.

Se aprovado, o pedido é publicado na Revista da Propriedade Industrial (RPI), abrindo prazo para que terceiros apresentem oposição, se houver.

5. Registro e Vigência:

Uma vez concedido, o registro da marca tem validade inicial de 10 anos, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos.

O titular da marca deve usar e monitorar ativamente seu uso para manter os direitos adquiridos.

O registro de marca é uma etapa fundamental para empresas que buscam não apenas se estabelecer no mercado, mas também agregar valor para futuros processos de M&A. Através deste registro, a empresa assegura sua identidade e propriedade intelectual, aumentando seu potencial de atração para investidores e compradores. Com a orientação correta e seguindo os procedimentos legais, o registro de marca se torna um investimento estratégico para o sucesso e crescimento da empresa no Brasil.

– CAPÍTULO 12

Elaborando o Código de Conduta e Programa de Compliance

Após todos os procedimentos anteriormente listados, um grande diferencial que é extremamente bem-visto por clientes internacionais e protegerá mais a empresa no Brasil e dará segurança para o seu cliente é sugerir a elaboração de um Código de Conduta e Programa de Compliance bem estruturados.

Em um cenário corporativo globalizado, onde empresas transpõem fronteiras, a implementação de um Código de Conduta e um Programa de Compliance é vital. Estas ferramentas não apenas asseguram a aderência às leis locais e internacionais, mas também estabelecem um padrão ético e de integridade para todos os envolvidos na empresa. Este capítulo visa elucidar, de forma conceitual e analítica, a importância desses instrumentos, destacando as leis aplicáveis no Brasil e no Canadá, e como um Código de Conduta eficaz pode mitigar riscos legais e éticos.

12.1 Definição e Objetivos:

O Código de Conduta é um documento que estabelece padrões éticos e comportamentais para a empresa e seus colaboradores.

O Programa de Compliance é um conjunto de procedimentos e políticas destinados a garantir que a empresa opere em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Juntos, eles formam a espinha dorsal da governança corporativa, promovendo uma cultura de integridade e transparência.

12.2 Leis Aplicáveis:

No Brasil, a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) estabelece penalidades para empresas envolvidas em atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

No Canadá, a Lei de Corrupção de Funcionários Estrangeiros (CFPOA) criminaliza o suborno de funcionários públicos estrangeiros.

Importante notar que, embora o Brasil não possua uma legislação específica para corrupção privada, atos ilícitos podem ser abrangidos por outras legislações, como o Código Penal e a Lei das Sociedades por Ações.

12.3 Redução de Riscos Legais e Éticos:

Um Código de Conduta bem estruturado, juntamente com treinamentos eficazes, pode reduzir significativamente a probabilidade de envolvimento dos funcionários em atos ilícitos.

Em alguns casos, a existência de um Programa de Compliance robusto pode até isentar a empresa de responsabilidade em casos de conduta indevida por parte de um colaborador.

12.4 Estruturação do Código de Conduta e Programa de Compliance

1. Princípios Éticos e Valores Corporativos:

O Código deve refletir os valores e princípios éticos da empresa, estabelecendo expectativas claras de comportamento para todos.

2. Políticas Anticorrupção:

Deve incluir políticas específicas contra a corrupção, detalhando procedimentos para evitar o suborno e outras formas de corrupção.

3. Conformidade com as Leis Locais e Internacionais:

O Programa de Compliance deve garantir que as operações da empresa estejam em conformidade com as leis brasileiras, canadenses e internacionais aplicáveis.

4. Treinamento e Comunicação:

É essencial que todos os colaboradores recebam treinamento regular sobre o Código de Conduta e as políticas de Compliance.

Deve haver canais claros de comunicação para dúvidas e denúncias de violações.

5. Monitoramento e Avaliação:

O Programa de Compliance deve incluir mecanismos para monitorar continuamente a aderência ao Código de Conduta e avaliar a eficácia das políticas implementadas.

O estabelecimento de um Código de Conduta e um Programa de Compliance é fundamental para qualquer empresa que busca operar com integridade e ética no mercado global. Estes instrumentos não apenas promovem uma cultura corporativa positiva, mas também protegem a empresa de riscos legais e reputacionais. Para empresas que operam no Brasil e no Canadá, essas ferramentas são indispensáveis para garantir a conformidade com as leis locais e internacionais, reforçando seu compromisso com a ética empresarial.

CONCLUSÃO

Ao final desta jornada exploratória pelo universo de estabelecer empresas internacionais, particularmente do Canadá no Brasil, esperamos que este e-book tenha oferecido insights valiosos e orientações práticas. Abordamos desde os aspectos legais e regulatórios, passando pela importância do registro de marca e a implementação de um eficaz Código de Conduta e Programa de Compliance. O caminho para estabelecer uma presença empresarial bem-sucedida em terras estrangeiras é complexo, mas com a devida preparação e entendimento das nuances locais, torna-se uma jornada realizável e gratificante.

Nossa missão foi desmistificar esse processo, oferecendo um guia confiável que auxilia empreendedores e empresas a navegar com confiança no mercado brasileiro. Encorajamos os leitores a aplicarem estes conhecimentos, sempre adaptando às suas necessidades específicas e mantendo-se atualizados sobre as mudanças nas leis e práticas empresariais.

Que este e-book sirva como um farol, guiando suas iniciativas empresariais no Brasil e fortalecendo as pontes de negócios entre o Canadá e o Brasil. Boa sorte em suas empreitadas empresariais e que este seja apenas o começo de uma jornada empresarial bem-sucedida e enriquecedora.